

POLÍTICAS SOCIAIS A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: NOSSOS DIREITOS DO CONTEXTO DO TEXTO PARA O CONTEXTO DA PRÁTICA?

Bethânia Geralda Martins ¹; Lílian Karen Estevão Santos de Jesus ²; Cássia do Carmo Pires Fernandes³; Mariana Silva Santos⁴; Débora Elias Félix de Oliveira Brumano⁴

1 Bethânia Geralda Martins, Bolsista (Bolsista PIBEX-Jr IFMG.), Curso Técnico Integrado em Administração, IFMG Campus Avançado Ponte Nova, Ponte Nova - MG; bethaniamartins96@gmail.com

2 Lílian Karen Estevão Santos de Jesus (Bolsista voluntária/IFMG), Curso Técnico Integrado em Administração, IFMG Campus Avançado Ponte Nova, Ponte Nova - MG

3 Orientadora: Profa Cássia do Carmo Pires Fernandes, Campus Avançado Ponte Nova; cassia.pires@ifmg.edu.br

4 Colaboradoras: Mariana Silva Santos e Débora Elias Félix de Oliveira Brumano, IFMG Campus Avançado Ponte Nova

RESUMO

Partindo do princípio de que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia desempenham um importante papel de promoção e incentivo do desenvolvimento nacional em diferentes âmbitos, torna-se relevante a apropriação do espaço escolar para o fortalecimento da tríade ensino-pesquisa-extensão buscando a socialização e entendimento das políticas sociais e direitos constitucionais. A partir desse pressuposto, o referente trabalho integra um projeto de extensão, em andamento, que objetiva popularizar estudos acerca das políticas sociais enquanto direitos previstos na Constituição Federal de 1988, relacionando assim, o contexto da Lei propriamente dita, com a efetividade na vida dos jovens do ensino médio do IFMG e da rede estadual de ensino de Ponte Nova/MG. Para a fundamentação das ações, recorre-se ao aporte teórico-metodológico da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), elaborada pelo sociólogo inglês Stephen Ball, e das concepções do educador Paulo Freire a partir de sua obra *Extensão ou comunicação?*, buscando estreitar o diálogo da extensão com o ensino e com a pesquisa, para assim promover ações democráticas e voltadas a problematização de questões sociais. A metodologia consiste em atividades organizadas em grupos de estudos, palestras, rodas de conversa, acompanhamento de audiências públicas na Justiça Federal, entrevistas com Juiz Federal e outras autoridades do judiciário da cidade de Ponte Nova - MG, além de um perfil do projeto em redes sociais e de um grupo em aplicativo de mensagem. Pautado no papel transformador da educação, o presente Projeto vem contribuindo para a formação das estudantes orientadas, as inserindo no universo extensionista, num ambiente de reflexão e diálogo, e principalmente envolvendo todos os jovens participantes das atividades para que se reconheçam como sujeitos de direitos e capazes de deliberar sobre eles. Compreender as políticas sociais enquanto os direitos previstos na Carta Magna e debatê-las com estudantes, certamente resultará em impactos positivos para a construção de conceitos e comportamentos que envolvam a consciência democrática e a cidadania organizada.

Palavras-chave: Políticas sociais. Direitos sociais. Cidadania.

INTRODUÇÃO:

A ideia de popularizar os direitos e as políticas sociais surgiu no ano de 2018 no âmbito da disciplina Noções de Direito, ministrada no 1º ano do Ensino Médio Técnico Integrado em Administração, a partir dos estudos de Direito Constitucional. Tais estudos culminaram no evento Ato alusivo aos 30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil, ocorrido em 08 de outubro. Diante do interesse de um grupo de estudantes pela continuidade dos estudos a respeito da CF e pela possibilidade de extensão de tais estudos a outros estudantes da rede pública, surgiu o Projeto *Políticas sociais a partir da Constituição Federal de 1988: nossos direitos, do contexto do texto para o contexto da prática?*, iniciado em maio de 2019.

Partindo do lugar de beneficiários de políticas educacionais, e de tantas outras políticas sociais, a opção por criar momentos de debate envolvendo estudantes da Rede Federal e estudantes da Rede Estadual de Ensino, optamos por recorrer ao aporte teórico metodológico da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP) elaborada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e por colaboradores (BOWE; BALL; GOLD, 1992; BALL, 1994). Outra referência são as concepções do educador Paulo Freire a partir de sua obra

Extensão ou comunicação?, visando estreitar o diálogo da extensão com o ensino e com a pesquisa, para assim promover ações democráticas e voltadas a problematização de questões sociais.

Buscando romper com uma perspectiva linear na qual as políticas são implementadas tal como foram elaboradas e descritas em textos, Ball (1994) defende que há uma tradução pelos atores ao colocá-las em prática e que esse processo é extremamente complexo. Por isso, a associação do autor à atuação/encenação teatral, em que “[...] a realidade da peça apenas toma vida quando alguém a representa” (BALL in MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 305), envolvendo interpretação e criatividade.

Analisar o contexto das políticas como instrumentos de garantia dos direitos sociais fundamentais a partir de uma perspectiva crítica e criativa, como sugere Ball, implica reconhecer que elas acontecem numa arena de disputas, de conflitos de interesses de diferentes atores, sendo, portanto, um processo vivo, em construção e contraditório. Reside aí a ideia de que as políticas se movimentam e a ACP torna-se um dos principais referenciais analíticos para o estudo da trajetória de políticas sociais e educacionais desde sua formulação, passando pela sua implementação e seus efeitos (MAINARDES, 2006; 2009).

Compreender as políticas sociais enquanto os direitos previstos na Carta Magna e debatê-las com estudantes, envolvendo instituições como Justiça Federal de Ponte Nova, Ministério Público, Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga, certamente resultará em impactos positivos para a formação de conceitos e comportamentos que envolvam a consciência democrática e a cidadania organizada.

No que se refere ao público envolvido na proposta de extensão, trata-se de estudantes do 3º ano do ensino médio matriculados nas escolas estaduais de Ponte Nova e estudantes do IFMG Campus Ponte Nova.

Este trabalho tem por objetivo geral socializar estudos a respeito de políticas sociais como direitos previstos na Constituição Federal de 1988 e relacionar os contextos da Lei com os contextos da realidade vivenciada pelos jovens estudantes do ensino médio da rede estadual e da rede federal de Ponte Nova.

De modo mais específico propõe-se:

- Criar um grupo de estudos e extensão com bolsistas e voluntários do IFMG Campus Ponte Nova, visando o planejamento e a fundamentação para as ações do Projeto.
- Organizar palestras e rodas de conversa a serem realizadas no Campus, na Justiça Federal, na Câmara Municipal, nas escolas estaduais pré-selecionadas abordando os contextos do texto da CF com os contextos da realidade.
- Aproximar o texto Constitucional das escolas, buscando a formação política e a formação da autonomia intelectual do sujeito para intervir na/com a realidade.

METODOLOGIA:

Partindo do princípio Freireano de que *o conhecimento implica uma presença curiosa do sujeito em face do mundo, demanda sua ação transformadora sobre a realidade, uma busca constante, invenção e reinvenção*, o caminho metodológico para o desenvolvimento da ação extensionista consiste na seguinte organização:

- Reunião semanal para orientação das bolsistas para o planejamento das atividades e estudos.
- Seleção de temas envolvendo Políticas e Direitos a Educação, Saúde, Moradia, Cultura, Esporte, Lazer, Previdência, entre outros.
- Convidar gestores do executivo, legislativo ou judiciário ou outra personalidade local de destaque de acordo com o tema para contribuir com as discussões.
- Promoção de palestras e rodas de conversa a serem realizadas no Campus e nas escolas estaduais pré-selecionadas abordando os contextos do texto da Constituição Federal com os contextos da realidade.
- Avaliação das ações extensionistas em formulários específicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir das reuniões entre orientadora, colaboradoras e bolsistas, foram selecionados os seguintes temas e convidadas algumas pessoas para abordá-los entre os meses de agosto a novembro de 2019:

1. Direitos das mulheres: violência contra a mulher - *Maria Antonieta Rigueira Leal Gurgel (Defensora Pública do Estado de Minas Gerais)*
2. Políticas afirmativas – Mariana Silva Santos
3. Política educacional – Cássia Pires Fernandes
4. Assistência social: Bolsa família, BPC, LOAS. – Débora Elias Félix de Oliveira Brumano
5. Saúde: SUS – a definir
6. Política inclusiva – Rita de Cássia Cesarino (Assistente Social – Coordenadora da Fundação Menino Jesus)
7. Direitos humanos – Dra Luciana Maroca de Avelar Viana (Docente do curso de Direito da Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga)
8. Lazer e cultura – Prof. Emerson de Paula
9. Previdência social: Reforma – Prof. Bruno de Carvalho Resck (IFMG Campus Ponte Nova)
10. Segurança pública – a definir

Entre as ações já desenvolvidas, destacam-se:


1. Participação no ato de defesa da educação pública no dia 30 de maio, apresentando o projeto na Praça central da cidade.



Imagem 1: Mostra do IFMG Ponte Nova

Fonte: <https://www2.ifmg.edu.br/pontenova/noticias/mostra-do-ifmg-ponte-nova>

2. Palestra de abertura e apresentação do projeto.



https://www2.ifmg.edu.br/pontenova/noticias/projeto-de-extensao-do-ifmg-pn-promove-palestr... 67%

NOTÍCIAS

Projeto de Extensão do IFMG PN promove palestra sobre políticas sociais nesta quinta-feira (06/06)

Publicado: 03/06/2019 10:45. Última modificação: 03/06/2019 10:55

No dia 06/06/2019, às 16h, teremos a abertura do projeto de extensão "Políticas sociais a partir da Constituição Federal de 1988: nossos direitos, do contexto do texto para o contexto da prática".

A palestra de apresentação será realizada no Auditório do campus do IFMG Ponte Nova.

Contamos com a participação de todos!

Clique aqui e se inscreva no projeto

Convidamos para a abertura e apresentação do projeto de extensão:

Políticas sociais a partir da Constituição Federal de 1988: nossos direitos, do contexto do texto para o contexto da prática?

06/06/2019
16h
Auditório do IFMG

INSTITUTO FEDERAL Minas Gerais
Campus Avançado Ponte Nova
Coordenação de Pesquisa e Extensão

Inscrições para participação no projeto (você também precisa estar inscrito): <http://bit.ly/2E6Bf>

Imagem: Notícia do projeto

Fonte: <https://www2.ifmg.edu.br/pontenova/noticias/projeto-de-extensao-do-ifmg-pn-promove-palestra-sobre-politicas-sociais-nesta-quinta-feira-06-06>

3. Participação como ouvintes em audiências da Justiça Federal de Ponte Nova:



https://www.ifmg.edu.br/pontenova/noticias/estudantes-do-ifmg-pn-assistem-audiencias-como-parte-pra... 67%

Campus Ponte Nova
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Meu IFMG | Contato | Ouvidoria | CPA | SEI

VOCE ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL > NOTÍCIAS > ESTUDANTES DO IFMG PN ASSISTEM AUDIÊNCIAS COMO PARTE PRÁTICA DE PROJETO DE EXTENSÃO

NOTÍCIAS

Estudantes do IFMG PN assistem audiências como parte prática de projeto de extensão

Publicado: 04/07/2019 14h49. Última modificação: 04/07/2019 14h49

No dia 18 de junho deste ano, estudantes do campus assistiram três audiências na Justiça Federal no município de Ponte Nova.

Os discentes participam do projeto de extensão "Políticas Sociais a partir da Constituição Federal de 1988: nossos direitos do contexto do texto para o contexto da prática".

Eles foram acompanhados pela orientadora do projeto, Profa. Cássia Pires, e puderam vivenciar a garantia de um direito social previsto na Constituição por meio dos julgamentos sobre previdência rural. As audiências foram presididas pelo Exmo. Juiz Federal, Jacques de Queiroz Ferreira.

Imagem: Notícia do projeto

Fonte: <https://www.ifmg.edu.br/pontenova/noticias/estudantes-do-ifmg-pn-assistem-audiencias-como-parte-pratica-de-projeto-de-extensao>

CONCLUSÕES:

Pautado no papel transformador da educação, o presente Projeto vem contribuindo para a formação das estudantes orientadas, as inserindo no universo extensionista, num ambiente de reflexão e diálogo, e principalmente envolvendo todos os jovens participantes das atividades para que se reconheçam como sujeitos de direitos e capazes de deliberar sobre eles. Compreender as políticas sociais enquanto os direitos previstos na Carta Magna e debatê-las com estudantes, certamente resultará em impactos positivos para a construção de conceitos e comportamentos que envolvam a consciência democrática e a cidadania organizada.

VIII Seminário de Iniciação Científica do IFMG – 12 a 14 de agosto de 2019, Campus Ribeirão das Neves.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BALL, S. J. *Education reform: a critical and post structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

BOWE, R; BALL, S. J; GOLD, A. *Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology*. London: Routledge, 1992.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 4 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes*. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livreto_institutos.pdf . Acesso em 06 de jan. de 2019.

_____. *Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário oficial [da] Presidência da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm . Acesso em 15 Jan. 2019.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 8.ed.

MAINARDES, J. *Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais*. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.27, n.94, p. 47-69, jan./abr.2006.

_____; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.